

percam e possam, assim, ser conhecidas e avaliadas. Caberá ao bom gestor, dessa forma, selecionar aquelas que parecem ter obtido os melhores resultados e propor continuidade, adaptação, melhoria, ou apenas usá-las como fonte de inspiração para novas práticas.

Para que as iniciativas e as experiências particulares dos gestores possam prosperar, devem estar integradas a processos mais amplos, tanto no nível local, com políticas públicas capazes de acolher a participação daqueles que irão desenvolver os programas e os projetos determinados por elas, quanto na esfera nacional e internacional, instâncias nas quais a Agência Espanhola de Cooperação procura colaborar.

Alfons Martinell defendeu a criação de políticas locais para a cultura segundo três grandes marcos orientadores:

- incorporar a dimensão humana nos projetos, propondo políticas compensatórias quando necessário;
- identificar e incorporar as dinâmicas ascendentes: aquelas que incorporam democraticamente a participação dos agentes e não impõem soluções a partir de uma posição de poder;
- desenhar ou manter ações microlocais de desenvolvimento cultural.

O primeiro item assimila um dos aspectos expressos da estratégia da AECID: “trabalhar em cooperação cultural é contribuir para melhorar a liberdade das pessoas, ampliando as oportunidades individuais e coletivas de viver melhor”. Respeita ainda o papel ativo da cultura para o progresso e a democratização das sociedades, recomendando especial atenção a grupos sociais e outros coletivos que procuram qualificar sua participação no debate público.

O segundo marco orientador reconhece a existência de fluxos ascendentes e descendentes nos relacionamentos entre grupos sociais e as instâncias de direção das sociedades, defendendo a opção política de priorizar os processos participativos de decisão.

Finalmente, ao defender ações que chamou de microlocais, Alfons Martinell pretende estimular a criação de soluções muito simples e inovadoras, com impactos significativos no cotidiano dos cidadãos. Lembrou ainda que, antes de optarmos por quais soluções iremos promover, devemos decidir qual será o espaço de referência para a promoção do desenvolvimento. Ou seja, podemos refletir e agir no nível da região, da cidade, do bairro, ou mesmo da rua. Muitas ações podem ser efetivadas no nível dos bairros, prescindindo de decisões às vezes lentas das burocracias governamentais. A seguir alguns exemplos apresentados por Martinell em sua conferência:

- abrir negócios culturais como livrarias-café, bares, espaços de produção e venda de moda;
- criar fundos de investimento e oferecer microcréditos para atrair empreendedores a pontos da cidade carentes de serviços culturais locais;
- capacitar novos líderes comunitários que possam se transformar em dinamizadores culturais;
- criar sistemas ágeis de monitoração, acompanhamento e avaliação.

Outros exemplos estarão disponíveis para os agentes culturais, à medida que se desenvolva o acervo de informações do Banco de Boas Práticas. O Banco é a iniciativa prevista pela AECID que irá identificar e reunir ações de cooperação, avaliar seus resultados e impactos e, finalmente, difundir organizadamente os principais resultados, oferecendo a instituições e agentes culturais um rico acervo de experiências não para ser acriticamente repetidas, mas, antes, para fundamentar novas ações.



imagem: Cia de Foto

BIBLIOTECAS PÚBLICAS, EDUCADORES E FORMAÇÃO DE LEITORES

Equipamento está presente em 89% dos municípios brasileiros

Em entrevistas concedidas recentemente à imprensa brasileira, o secretário municipal de Cultura de São Paulo, Carlos Augusto Calil, comentou a ausência de informações daqueles que o questionam sobre a decisão de fechar bibliotecas públicas sem serventia para a cidade. Para Calil, um equipamento cultural dessa importância que se revele incapaz de alcançar o público leitor deve necessariamente deixar de se constituir alvo de verbas, mais úteis se aplicadas em iniciativas definidas com exatidão. O simples crescimento do número de bibliotecas pode significar uma falsa percepção de aperfeiçoamento cultural, ele defende.

Para a professora universitária Maria Christina Barbosa de Almeida, doutora em ciência da informação, que dirigiu por 20 anos a biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e liderou as iniciativas de trabalho cooperativo das bibliotecas e dos serviços de informação em arte, que resultaram na Redarte-SP,¹ está claro que Calil pensa certo. “Tem de fechar, sim”, diz ela sobre as instituições ineficientes em aproximar

¹ A Redarte-SP é uma rede articulada de serviços de informação em arte da cidade de São Paulo e congrega profissionais que atuam em bibliotecas, museus e arquivos.



imagem: Cia de Foto

o livro do leitor. O que não está funcionando nesse esforço de aproximação deve ceder verbas a projetos que se provem capazes de conquistar público real ao universo da leitura.

O mais recente suplemento de cultura da Munic (Pesquisa de Informações Básicas Municipais), divulgado pelo IBGE no final de 2007, informa que as bibliotecas de uso público são os equipamentos culturais mais disseminados pelos municípios brasileiros, estando presentes em 89% deles. Esse fato, entretanto, não significa necessariamente uma equivalência de aumento do número e da qualidade do leitor brasileiro. “Infelizmente, ainda não temos estatísticas que nos dêem esse quadro”, diz Maria Christina. “Não temos, sequer, muita segurança em relação ao que chamam de biblioteca.” Para ela, um acervo ao qual se agregam mesas e cadeiras, ocupadas por um funcionário despreparado e desmotivado, com ou sem computador, não é biblioteca, talvez “um depósito com um almoxarife”.

Uma biblioteca, em primeiro lugar, precisa contar com um bom mediador, de preferência um bibliotecário, profissional que teve a formação específica para gerir e dinamizar um acervo, formar público, perceber suas necessidades de informação e responder a suas ansiedades, estimular a leitura, orientar para a pesquisa e informar. “Por isso, fico meio desanimada quando vejo programas públicos voltados à criação e ao desenvolvimento de bibliotecas, mas que, de fato, contemplam, apenas, a distribuição de livros e de computadores.” A professora diz que não há mágica: cultura se faz, prioritariamente, com pessoas e não com qualquer pessoa, mas com equipes capacitadas e comprometidas com o desenvolvimento social.

Bibliotecas comunitárias e mediação de leitura

Além disso, sustenta ela, não se pode perder de vista a idéia de desenvolvimento integral do cidadão.

Não haverá leitores se não houver educação de qualidade. A biblioteca pública, de forma isolada, pouco poderá fazer se os egressos da escola forem analfabetos funcionais, embora ela possa e deva se articular com a escola. Aliás, sempre é bom lembrar que as bibliotecas públicas estão exercendo também a função de bibliotecas escolares, pois estas ainda são ausentes de grande parcela de nossas escolas públicas voltadas ao ensino fundamental e médio.

A figura do mediador de leitura, surgida de experiências periféricas anotadas pela professora, mas não apenas restrita a elas, parece ser de importância vital para esta formação básica de um brasileiro com potencial de se transformar em alguém tomado pela necessidade de ler.

No artigo “Bibliotecas Comunitárias em Pauta”, publicado com base no seminário realizado pelo Centro de Documentação e Referência do Instituto Itaú Cultural, em agosto de 2006, com líderes comunitários atuantes em bibliotecas e projetos de estímulo à leitura, a professora, que assina o documento em co-autoria com Elisa Machado, faz referência ao projeto Mudando a História. Desenvolvido em 2001 pela Fundação Abrinq, com o apoio da Nokia e da International Youth Foundation e implementado por A Cor da Letra – Centro de Estudos, Assessoria e Pesquisa em Leitura e Literatura Infantil, ele é apontado como capaz de sensibilizar a criança e o jovem para o gosto pela leitura.

O projeto marcou sua presença na Obra Social da Paróquia São Mateus Apóstolo por meio de um estudo aprofundado sobre a mediação de leitura na comunidade. Tal projeto estabeleceu que jovens entre 13 e 25 anos de projetos, ONGs, estudantes de escolas públicas e particulares, ou universitários, fossem submetidos à formação

como mediadores e multiplicadores do ato de ler junto a crianças que freqüentavam creches, escolas de educação infantil e instituições de atendimento direto à infância em situação de risco.

A mediação de leitura foi estratégia escolhida para que os jovens se engajassem socialmente e se tornassem referência na comunidade. A idéia foi resgatar a leitura entre eles como fonte de prazer. Para ser mediador, o jovem voluntário participou de uma formação de 40 horas e recebeu supervisões mensais da equipe técnica do projeto. Durante a formação, foram discutidas questões sobre o trabalho com crianças e adolescentes e a organização para o trabalho, e procurou-se enriquecer o conhecimento deles sobre livros e literatura infantil. Além disso, o jovem cumpriu estágio prático.

Para o mediador de leitura que quis ser multiplicador – formador de novos mediadores –, o projeto ofereceu formação de planejamento. Após a capacitação, o multiplicador supervisionou as atividades do mediador por meio de registros, reuniões, observação e realização conjunta das situações de mediação de leitura. Os multiplicadores também puderam promover encontros com mediadores de outras instituições para a troca de experiências.

A Obra Social da Paróquia de São Mateus Apóstolo, localizada na subprefeitura de São Mateus, na zona leste de São Paulo, acolheu o projeto, em 2005, para engajar o jovem da comunidade em ações de estímulo à leitura. A ausência do hábito de ler na comunidade e a identificação dos educadores locais com a proposta pedagógica que incentiva o jovem a intervir positivamente na sociedade foram os principais fatores que incentivaram a Obra Social a apoiar o projeto. O vínculo entre eles e a comunidade foi formado, apesar de os livros serem poucos (cerca de cem) e a natureza de seu trabalho ser quase voluntária.

O impacto do projeto na família dos jovens voluntários, diz o documento, foi facilmente percebido, pois os pais passaram a solicitar reuniões mensais com a coordenação para se informar sobre o progresso dos



imagem: Cia de Foto

Biblioteca: espaço de leitura e de convivência

Em 2002, a biblioteca perdeu seu espaço e os livros foram levados para a casa de um dos integrantes do grupo, que, durante um ano, dormiu sobre eles em seu quarto. Em 2003, graças a uma parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos de Apoio Comunitário (Ibeac) e com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), surgiu o Núcleo Cultural Poder e Revolução e, no ano seguinte, o Maloca Espaço Cultural, onde, a partir de 2005, passou a funcionar a biblioteca comunitária. Em 2006, uma parceria com o Banco Santander Banespa estabeleceu recursos para o pagamento de uma bolsa-auxílio a um atendente para a biblioteca.

O público-alvo atendido por essa instituição é constituído por crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Em 2006, possuía 540 usuários inscritos e 180 sócios. Os adultos contribuíam com um real por mês.

Os usos mais freqüentes da biblioteca são para leitura e empréstimo de livros, ensaios de música e dança e reuniões de grupos organizados. Pretende-se que a biblioteca, considerada “um espaço maravilhoso”, seja utilizada para lazer e cultura, pois, para trabalhos escolares, os estudantes podem recorrer às salas de leitura existentes nas escolas. Por isso, logo se definiu a vocação da

filhos atendidos pelo projeto. Muitos demonstraram o desejo de serem também mediadores. Uma maioria de 25 jovens afirmou que sua participação influenciou familiares e amigos a incrementar o hábito de ler.

O trabalho de formar mediadores de leitura favorece a criação de bibliotecas nas comunidades. Nesses casos já há o leitor e dele vem a demanda pela biblioteca. O uso do acervo está praticamente garantido: basta instalar um espaço físico adequado e uma coleção que atenda a esses leitores. “Por isso valorizo as novas experiências que a Secretaria Municipal de Cultura vem desenvolvendo, como é o caso dos pontos de leitura, em que o pedido parte da comunidade e a responsabilidade é compartilhada entre poder público e comunidade local”, diz a professora Maria Christina.

Formação de leitores

Consultora da Livre Acesso Consultoria em Informação, com ênfase nas áreas de arte e cultura, Maria Christina acredita que não somente uma biblioteca deva formar um leitor, mas também mostrar-se capaz de restabelecer o conceito de espaço público em si, especialmente dentro das grandes cidades brasileiras, que vêem decrescer a importância desses centros onde os habitantes possam livremente, e em segurança, conviver.

“É preciso destacar o potencial mobilizador e transformador que uma biblioteca, seja ela pública, comunitária ou mesmo universitária de acesso público, pode ter numa cidade”, diz a professora, que se graduou em biblioteconomia e documentação na ECA/USP e obteve especialização em administração pública na Fundação Getúlio Vargas. Ela diz também que

A presença, em si, de uma biblioteca em cada município não transforma nada. Mas o potencial que essa presença revela é imenso. Daí a importância de um projeto de ação cultural claro e conseqüente, empreendido por equipe competente e socialmente comprometida com a população da cidade e com o desenvolvimento de suas potencialidades.

Há bibliotecas funcionando como centros de cultura, ela lembra; bibliotecas integradas a centros de cultura; aquelas dentro de museus; e há museus e arquivos dentro de bibliotecas. O interessante é que a cidade possa comportar tudo isso.

A criatividade parece ser essencial na formação de novos conceitos de biblioteca, independentemente de seu estabelecimento em um espaço físico determinado. Essa capacidade dos líderes comunitários deve se aplicar, sobretudo, às estratégias de mobilização de grupos. “Nesse sentido,

talvez possamos afirmar que algumas das estratégias empregadas por bibliotecas comunitárias para levar público à biblioteca ou para mobilizar crianças e jovens para a leitura sejam mais eficientes do que as estratégias comumente adotadas pelas demais bibliotecas”, afirma Maria Christina.

Saraus, rap e festas são freqüentemente utilizados para atrair público e garantir sustentabilidade ao trabalho. Maria Christina relatou em seu documento a experiência bem-sucedida na biblioteca comunitária Livro-para-que-te-queiro, ligada ao Núcleo Cultural Poder e Revolução e localizada no Parque Bristol, zona sudeste de São Paulo. A biblioteca atende não apenas as comunidades do bairro, mas também as do Jardim São Savério e da Vila Livieiro.

A Livro-para-que-te-queiro surgiu do esforço de sete jovens que, em 1998, se preparavam para o vestibular sem poder contar com material de estudo, já que sua região era desprovida de bibliotecas públicas e de outros equipamentos de cultura e lazer. Em 1999, os jovens eram 30 e, por meio do hip-hop, faziam intervenções culturais locais. Durante essas intervenções, o grupo arrecadava livros que pudessem constituir o acervo inicial de uma pequena biblioteca no Mutirão Jardim Celeste. Aos domingos, duas integrantes do grupo mediavam leitura para crianças e adultos do entorno.

biblioteca, que constitui, ao mesmo tempo, seu maior desafio: “formar leitores e leitoras”. Para enfrentar esse desafio, a comunidade inventou seus meios. A professora Maria Christina destaca o projeto PodeLevar: o leitor copia um trecho de um livro, ou de um poema, indica o local da estante onde o livro está e o endereço da biblioteca e prega o pedaço de papel em postes e diversos pontos do bairro, convidando o leitor a conhecer o resto da obra na biblioteca.

Um leitor intermitente, distraído dos livros, formado, segundo a teórica argentina Beatriz Sarlo, por uma cultura eminentemente audiovisual aos poucos aceita como preponderante, está à espera de que o convençam às letras. A biblioteca poderá captá-lo com muito trabalho, mas sem deixar de lado a potencialidade de qualquer outro público.

Maria Christina Barbosa de Almeida, ligada à linha de pesquisa de mediação e ação cultural nos cursos de pós-graduação da ECA, lembra que a biblioteca lida com perfis diversos. Há o leitor distraído dos livros como há aquele ávido, há o leitor com interesses eminentemente utilitários – que busca a

informação única e exclusivamente para solucionar problemas, sejam estas tarefas escolares ou acadêmicas, sejam necessidades profissionais – e há também o não-leitor, seja este o público “analfabeto funcional”, seja o público que busca na biblioteca outras atividades que não a leitura, tais como palestras, oficinas, multimídia, internet ou mesmo a convivência.

A biblioteca hoje tem de ser vista como espaço de convivência, de troca de informações e de aquisição e produção de conhecimento. Para que isso ocorra, lançamos mão de todas as mídias ou suportes documentários, que se complementam. A leitura, por seu caráter geralmente solitário e pela necessidade de domínio do código, como entende o teórico Pierre Bourdieu, exige esforço e concentração, e, por isso, nem sempre é a atividade preferida numa biblioteca. O leitor tem de ser ‘pego’ pela obra e, para isso, algumas vezes ele precisa ser estimulado. O mediador, seja ele bibliotecário ou não, que, contando com um bom acervo, saiba fazer uso de sua sensibilidade e de suas habilidades para estimular seu usuário para a leitura prazerosa terá cumprido seu papel.

A leitura que comporte a funcionalidade também é almejada. No bojo do Sistema Municipal de Bibliotecas, criam-se em São Paulo as bibliotecas temáticas, que, além de um acervo regular, recebem reforços de acervos em sua especialidade e desenvolvem atividades culturais especiais em seus focos temáticos. A professora Maria Christina afirma:

Com acervos mais especializados e com públicos que compartilham interesses comuns, as bibliotecas se tornam mais atuantes e mais dinâmicas e conseguem cumprir as funções de convivência, de troca e de criação, seja criação artística, seja produção de conhecimento, seja, ainda, o singelo, mas absolutamente relevante exercício da participação no espaço público e da cidadania.



imagem: Cia de Foto

COMENTÁRIOS SOBRE HENRI LEFEBVRE E O DIREITO À CIDADE

Carmen Beatriz Silveira¹

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991) deixou importante legado para os estudiosos do urbano e da cidade em sua extensa obra, referida em numerosas investigações que buscam uma compreensão do processo de urbanização contemporânea. Considerado um intelectual de inteligência excepcional, vinculou-se a um projeto de superação da filosofia clássica, mediante uma crítica da lógica formal. Destacou-se como um dos representantes do pensamento crítico de 1968² e teve nítida influência no movimento urbano situacionista.³

Suas publicações tiveram início nos anos 1920 e, desde a década seguinte, o autor redescobriu os textos do “jovem Marx” e de Hegel e retomou a dialética e a teoria das contradições. Engajou-se no partido comunista em 1928, no qual exerceu profunda influência filosófica e permaneceu por três décadas. A ruptura com o partido deu-se com a publicação de *Problemes Actuels du Marxisme* e, a partir da década de 1960, Lefebvre passou a interessar-se e a escrever sobre a

¹ Arquiteta urbanista, doutora em planejamento urbano e regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora visitante da Fiocruz.

² Henri Lefebvre. *Penseur de l'urbain. Urbanisme*. Le magazine international de l'architecture et de la Ville. Mai/jun, nº 300, 1998, p. 45.

³ JACQUES, Paola B. Breve Histórico da Internacional Situacionista – IS. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto176.asp>.

